



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

AVALIAÇÃO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PROFESSOR: MARCOS AUGUSTO PEREZ

1) Considerando a possibilidade de estabelecer um hospital público no Estado de São Paulo e a ausência de definição quanto à sua forma de gestão, avalie as seguintes proposições sobre as opções jurídicas disponíveis:

- I. A Administração estadual poderá fazer do hospital uma entidade autárquica, que tem as seguintes características: pode ser instituída por meio de um decreto do Governador; detém personalidade jurídica de direito público e goza de autonomia administrativa.
- II. A Administração estadual pode optar por configurar o hospital como uma Fundação Estadual de Direito Público, a qual, apesar da estrutura fundacional, está sujeita predominantemente ao regime juspublicista.
- III. É viável que a Administração estadual assuma a gestão do hospital sem criar uma entidade específica, atribuindo essa responsabilidade à Secretaria Estadual de Saúde Pública.
- IV. Embora pouco comum, a Administração Pública tem a prerrogativa de gerir o hospital por meio da criação de uma empresa pública, com as seguintes características: personalidade jurídica de direito público; patrimônio próprio e regime celetista para seus servidores.
- V. A administração da unidade hospitalar pode ser realizada sem a necessidade de criar uma entidade da Administração Indireta, sendo possível a contratação de uma Organização Social da Saúde por meio de contrato de gestão, o que exige dessas organizações diversas obrigações disciplinadas pela Lei nº 9.637/1998.

Diante das afirmações supracitadas, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I, III e V são verdadeiras.



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

- b) Apenas as afirmações II, III e V são verdadeiras
- c) Apenas as afirmações III e V são verdadeiras.
- d) Apenas as afirmações I, IV e V são verdadeiras.
- e) Todas as afirmações são verdadeiras

2) Renata, cidadã atenta aos atos da Administração Pública de seu município, pretende levar à análise do Poder Judiciário um ato do Prefeito da sua cidade. Para avaliar a viabilidade de judicializar o ato que pretende ver reformado, Renata deverá considerar que o controle judicial de atos praticados pelas autoridades administrativas é exercido:

- a) Exclusivamente em relação ao mérito dos atos administrativos, sejam eles vinculados ou discricionários.
- b) Tanto em relação à legalidade estrita dos atos administrativos (conformidade com a lei), quanto em relação à legalidade ampla (conformidade com o direito), o que abrange a aplicação, por exemplo, da Constituição e dos princípios gerais do direito administrativo.
- c) Tão somente na avaliação do impacto social e ambiental dos atos administrativos vinculados.
- d) Exclusivamente em relação à legalidade ou legitimidade dos atos administrativos.
- e) Unicamente em relação aos atos discricionários, a fim de que discricionariedade não se transforme em arbitrariedade.

3) Considere o seguinte cenário: você saiu de férias e decidiu viajar. No trajeto de carro até seu destino, na Bahia, passou apenas por rodovias federais concedidas. Em determinado trecho do percurso, ainda no Estado de São Paulo, obras ocasionaram a diminuição do número de faixas disponíveis para tráfego; já havia anoitecido e você não percebeu que deveria mudar de faixa, colidindo com máquinas que se encontravam na pista. Apesar de não ter se ferido, seu carro sofreu avarias consideráveis. Enquanto acionava o seguro do veículo, pensando a respeito das aulas de direito administrativo que teve na faculdade, concluiu que:



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

- a) o Estado de São Paulo deveria indenizá-lo (a) pelos danos suportados, já que o acidente aconteceu dentro de seu limite territorial.
 - b) o fato de ter havido sinalização ao longo de todo trecho, noticiando o afunilamento da via e a ocorrência de obras no local, não teria o condão de atenuar ou excluir a responsabilidade objetiva da concessionária.
 - c) inexistiria responsabilidade da concessionária, pois no dia do acidente, poucas horas antes, houve uma chuva torrencial que levou todas as placas indicativas da obra e do estreitamento da via.
 - d) ao conduzir acima da velocidade permitida para o trecho, o motorista produziu circunstância capaz de excluir totalmente a responsabilidade extracontratual do Estado.
 - e) a concessionária responsável pelo trecho em que o acidente aconteceu deve responder pelos danos suportados pelas avarias de seu veículo caso haja nexo de causalidade, independentemente de culpa, entre ação ou omissão da concessionária ou de seus prepostos e os danos suportados pelo usuário da rodovia.
- 4)** João é diretor-presidente de uma autarquia federal e, recentemente, suas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), que lhe aplicou multas. Irresignado, João te procura, que, como advogado, deverá responder que:
- a) O TCU é mero auxiliar do Poder Legislativo, na forma da Constituição da República. Por isso, não exerce função independente e não poderia ter aplicado multa a João.
 - b) Como o Brasil adota jurisdição dual, o TCU representa a cúpula do contencioso administrativo judicial. Logo, pode aplicar multa a João.
 - c) O TCU representa o contencioso administrativo judicial. Contudo, João pode recorrer ao STF, por exceção prevista expressamente na Constituição da República.
 - d) O TCU é órgão auxiliar do Poder Legislativo. Por isso, a multa aplicada a João só produzirá efeitos depois de confirmação pelo Senado Federal.
 - e) O TCU é órgão dotado de independência. Apesar de ser ligado ao Poder Legislativo, o TCU não é juridicamente submisso ao Poder Legislativo. Mas João pode recorrer ao Poder Judiciário, do qual o TCU não faz parte.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

5) A Prefeitura do Município de Sururu está interessada em melhorar seus índices de educação infantil e para tanto resolveu centrar seus esforços em duas frentes:

- (i) contratação de novos professores de educação infantil para cargos públicos efetivos, haja vista o alto número de profissionais em fase de aposentadoria para o próximo ano; e
- (ii) contratação de obras de construção e reforma de escolas, cumulada com a contratação de serviços de manutenção e gestão de serviços não pedagógicos nas unidades de educação infantil construídas e reformadas.

Para a segunda frente, a Prefeitura pretende a contratação conjunta das obras e serviços de uma mesma empresa, por prazo não inferior a 15 (quinze) anos, tendo em vista o volume dos investimentos que deverão ser realizados pela futura contratada. Além disso, considerando que gratuidade do ensino público, a contrapartida financeira do futuro contrato será integralmente paga com recursos públicos.

Todos os processos de escolha (“i” e “ii”) serão iniciados em janeiro de 2024.

Diante desse cenário, **indique a alternativa que melhor identifique** o processo de escolha, o vínculo jurídico entre as partes e a lei de regência aplicáveis para cada uma das frentes propostas pela Prefeitura:

(a)

Frente	Processo de escolha	Vínculo jurídico	Legislação de regência
(i)	Concurso Público	Estatutário	Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Sururu
(ii)	Concorrência	Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa	Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.987/95 e Lei Federal nº 11.079/2004

(b)

Frente	Processo de escolha	Vínculo jurídico	Legislação de Regência
(i)	Concurso Público	Contrato de Trabalho	Lei Federal nº 8.666/1993 e Regime Jurídico Único dos



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

			Servidores Públicos do Município de Sururu
(ii)	Concorrência	Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada	Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Federal nº 8.987/95 e Lei Federal nº 11.079/2004

(c)

Frente	Processo de escolha	Vínculo jurídico	Legislação de Regência
(i)	Concurso Público	Contrato de Trabalho	Lei Federal nº 8.666/1993 e CLT
(ii)	Pregão Eletrônico	Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa	Lei Federal nº 8.666/1993, Decreto nº 10.024/2019 e Lei Federal nº 8.987/95

(d)

Frente	Processo de escolha	Vínculo jurídico	Legislação de Regência
(i)	Concurso Público	Estatutário	Lei Federal nº 14.133/2021 e CLT
(ii)	Pregão Eletrônico	Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa	Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº 10.024/2019 e Lei Federal nº 8.987/95

(e)

Frente	Processo de escolha	Vínculo jurídico	Legislação de Regência
(i)	Concurso Público	Contrato de Trabalho	Lei Federal nº 14.133/2021 e Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Sururu
(ii)	Diálogo Competitivo	Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada	Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal nº 8.987/95 e Lei Federal nº 11.079/2004



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

6) A Prefeitura de Deus Me Livre, por meio de sua Secretaria de Cultura, celebrou contrato de gestão com a Fundação Leia Mais – organização social com notória especialização e prestigiado renome –, tendo como objeto a gestão, fomento e execução de atividades culturais em duas bibliotecas públicas da cidade.

Nada obstante o programa de trabalho tenha sido devidamente cumprido e a parceria seja considerada um sucesso, a ponto de a pacata cidade tornar-se “a capital estadual da leitura”, supostas falhas foram suscitadas na análise do Tribunal de Contas do Estado (TCE), como (i) o envio intempestivo das prestações de contas, (ii) a indevida remuneração de membros do Conselho Curador da entidade e (iii) a não disponibilização dos dados remuneratórios de seus funcionários no seu portal eletrônico. Com base nisso, a Corte de Contas julgou ilegal a contratação.

À luz do narrado, é mais adequado afirmar que:

- a) Considerando-se o julgamento proferido pelo Tribunal de Contas, presume-se a improbidade administrativa do Prefeito Municipal de Deus Me Livre, na forma da Lei n. 8.429/1992, com redação alterada pela Lei n. 14.230/2021, já que este incorreu em *error in vigilando* ao deixar de fiscalizar a regularidade dos contratos executados pelas Secretarias Municipais.
- b) Os funcionários da OS não são considerados agentes públicos, na perspectiva de responderem a processos disciplinares, indenizações ou ações de improbidade, daí o Tribunal não ter outra escolha, senão julgar ilegal a contratação.
- c) O julgamento indica potencial violação ao princípio da economicidade, diante da falta de realização de licitação, cabendo a punição dos agentes públicos envolvidos, notadamente os ocupantes de cargo em comissão, após o devido processo disciplinar.
- d) A contratação na modalidade adotada pela Prefeitura Municipal de Deus Me Livre não viola o princípio da legalidade, uma vez que é possível à Administração Pública celebrar contratos sem prévio processo licitatório desde que preenchidos determinados requisitos, como, no caso, a entidade contratada ser uma organização social.
- e) O julgamento proferido pelo Tribunal de Contas sugere ofensa ao princípio da moralidade, cabendo falar na responsabilidade civil objetiva dos agentes que decidiram em prol da contratação sem licitação.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

- 7) Com base na teoria dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:
- a) São elementos do ato administrativo: competência, forma, finalidade, transparência e objeto lícito.
 - b) A anulação do ato administrativo produz efeito ex tunc (retroativo ao momento da prática do ato administrativo ilegal), mas ficam resguardados eventuais efeitos que tiverem beneficiado terceiros de boa-fé.
 - c) O ato administrativo normativo usado pelo chefe do Poder Executivo para regulamentar o conteúdo de uma lei, viabilizando a sua aplicação, é denominado decreto autônomo.
 - d) A revogação, quando se tratar de ato discricionário válido, poderá ser realizada tanto pela Administração Pública que o produziu quanto pelo Poder Judiciário, no desempenho da sua função jurisdicional.
 - e) A remoção compulsória de servidor público para atender suposta necessidade do serviço, utilizada como forma de punição e perseguição, caracteriza-se como ato discricionário imune a controle jurisdicional.

- 8) Observe as seguintes colocações e responda:

I. A Constituição de 1988, embalada pelos ventos da redemocratização do país, renovou uma agenda iniciada nos anos 1950 e interrompida pelo golpe militar de 1964, relativa à reforma da Administração Pública no Brasil. Referida agenda tinha dois objetivos básicos: (1) de um lado a ampliação das funções sócio-econômicas do Estado; (2) de outro a ampliação dos mecanismos republicanos de controle da Administração.

II. Desde a promulgação da Constituição de 1988 o Brasil vivencia um movimento de ampliação do controle da Administração Pública. Muitas instituições foram criadas com a única e exclusiva finalidade de verificar a lisura nos gastos orçamentários e checar a legalidade no exercício das competências públicas. Instituições já consolidadas no panorama político brasileiro foram reconfiguradas praticamente por completo para efetivar com maior força o ideal de controle em prol da probidade administrativa, do



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

interesse público, da ética pública e de outros valores tão relevantes quanto juridicamente indeterminados.

- III. A Administração Pública, sob as normas da Constituição de 1988, está voltada à eficiência das múltiplas atividades administrativas inerentes ao Estado de Bem-Estar. Nesse contexto, os institutos de participação popular na Administração Pública caracterizam-se como instrumentos de colaboração entre a sociedade e a Administração, de abertura da Administração e, afinal, de busca de consentimento e adesão dos administrados, cada vez mais necessária para a plena realização dos objetivos da função administrativa.
- IV. O preâmbulo e os princípios fundamentais do Título I da CF não são meros “enfeites”, desprovidos de consequências operacionais. A correta aplicação e verdadeira efetividade da CF exigem sua irradiação prática no atendimento dos direitos do cidadão, na atuação de todos os poderes públicos: da Administração Pública, do Legislativo e do Judiciário.
- V. A expressão regime jurídico da Administração Pública é utilizada para designar, em sentido amplo, os regimes de direito público e de direito privado a que pode submeter-se a Administração Pública. Já, a expressão regime jurídico administrativo é reservada tão somente para abranger o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa.

Diante das afirmações supracitadas, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I, III e IV são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações I, III e V são verdadeiras
- c) Apenas as afirmações III e V são verdadeiras.
- d) Apenas a afirmação V é falsa.
- e) Todas as afirmações são verdadeiras.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

9) Observe as seguintes colocações e responda:

- I. A França, berço do Direito Administrativo, tem enorme importância na construção jurídica da ideia de serviço público em todos os países latinos, inclusive os latino-americanos. Com efeito, nos países de raiz jurídica na *civil law* a dogmática dos serviços públicos sempre, com maior ou menor intensidade, se calcou nas elaborações doutrinárias e jurisprudenciais francesas. As crises e os desafios que marcam a noção de serviço público resultam, justamente, das dificuldades de acomodação da construção francesa tradicional a novas realidades socioeconômicas, políticas e tecnológicas.
- II. As transformações ocorridas nos últimos anos (de forma acentuada no Brasil, mas igualmente em vários países do continente europeu que guardam muita semelhança com nossa tradição de intervenção estatal e de estrutura jurídica) apontam para uma redução da intervenção direta e do incremento de uma nova forma de intervenção, substancialmente distinta daquela acima divisada. Tem lugar entre nós o fortalecimento do papel regulador do Estado em detrimento do papel do Estado produtor de bens e serviços.
- III. A atuação do Estado (com os mecanismos decorrentes do poder extroverso que the são próprios) como agente de regulação da ordem econômica contraria os pressupostos constitucionais relativos à liberdade econômica. A função reguladora estatal somente pode recair sobre serviços públicos, não sobre atividades econômicas em sentido estrito (aquelas cuja exploração está sujeita ao regime privado, de mercado).
- IV. Pode-se definir o fomento como a ação da Administração voltada a proteger ou promover atividades ou empreendimentos de incumbência dos particulares e que satisfazem necessidades públicas ou se estimam de interesse geral, sem usar a coação nem criar serviços públicos, como, por exemplo, por meio da doação de bens públicos aos particulares, pela instituição de benefícios fiscais ou creditícios e ajudas públicas em geral. No ambiente brasileiro, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

Econômico e Social) deve ser classificado como uma empresa estatal principalmente voltada à atividade econômica de fomento.

- V. Não há diferenças entre o regime jurídico aplicável às empresas estatais prestadoras de serviços públicos e o regime aplicável às empresas estatais que exploram atividade econômica em sentido estrito. A Constituição Federal e a Lei 13.303/2016 equiparam, em termos gerais, o modo de tratamento dessas empresas seja em relação aos deveres de concurso público e licitação, seja em relação à imunidade tributária, penhorabilidade dos bens e não submissão ao sistema de precatórios. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, por sua vez, consolida esse entendimento.

Diante das afirmações supracitadas, assinale a alternativa correta:

- a) Apenas as afirmações I, III e V são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações III, IV e V são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmações I, II e IV são verdadeiras
- d) Apenas a afirmação V é falsa.
- e) Todas as afirmações são verdadeiras.

10) Observe as seguintes colocações e responda:

- I. Contemporaneamente a figura do processo administrativo tende a tornar-se o centro de gravidade do direito administrativo, ou, ao menos, do sistema de controle jurisdicional da discricionariedade. Nessa dimensão, aliás, a ideia de processo administrativo como instrumento de formação de uma decisão administrativa, concilia-se com a noção de ato administrativo, não a exclui. Em verdade, os dois conceitos jurídicos interagem para a formação de um cenário mais amplo sob o qual atua o controle jurisdicional da discricionariedade.
- II. Devem ser precedidas de processo somente aquelas decisões administrativas que afetem direitos ou interesses individuais, como ocorre, por exemplo, nos



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO

processos disciplinares, na aplicação de sanções, fruto do exercício do poder de polícia, entre outras decisões que decorrem da posição de autoridade da Administração Pública, que nestes casos estaria a servir-se de seus poderes para interferir na esfera de direitos das outras pessoas.

- III. Um dos âmbitos em que mais se revela a face autoridade da Administração Pública é na sua atuação sobre o direito de propriedade, sobretudo da propriedade imóvel. O direito de propriedade evoluiu muito, deixando de ter, na atualidade, a conotação absoluta que o caracterizava até as primeiras décadas do século XX. Ampliaram-se as intervenções públicas e ocorreu a mudança da própria configuração estrutural do direito de propriedade ante sua funcionalização social, percebida de modo sensível em matéria urbanística e agrária.
- IV. O tombamento é um exemplo de decisão administrativa tomada ao cabo de um processo administrativo (processo ablatório). Ele se apresenta como um dos instrumentos de preservação do patrimônio cultural. Segundo a Constituição Federal, art. 216, §1º, o poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, ou de outras formas de acautelamento e preservação. Não há dúvida sobre a aplicação do princípio do devido processo legal sobre o tombamento, na medida em que ele impõe limites ou condiciona o exercício do direito de propriedade.
- V. O processo administrativo deve sempre ser instruído sob impulso oficial. Instrução e motivação da decisão se articulam para a correta tomada de decisão, mas aos interessados não é permitido interferir na produção de provas, assim como juntar documentos que não sejam oficiais ou cópia de documentos oficiais. Oitivas, perícias e toda e qualquer evidência só poderão ser produzidas se contarem com a concordância da autoridade que preside o processo administrativo.

Diante das afirmações supracitadas, assinale a alternativa correta:



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

- a) Apenas as afirmações I, II e III são verdadeiras.
- b) Apenas as afirmações II, III e IV são verdadeiras.
- c) Apenas as afirmações I, III e IV são verdadeiras
- d) Apenas a afirmação V é falsa.
- e) Todas as afirmações são verdadeiras.